

Exclusão virtual:

Todo avanço tecnológico gera desigualdade. Será que isto é ruim?

O desenvolvimento de novas tecnologias de base digital deverá aumentar a desigualdade no planeta, mas por favor caro leitor, não se assuste com isso, pois não se trata da crueldade que pode parecer a primeira vista.

É certo que essas novas tecnologias vão proporcionar maiores níveis de crescimento do valor adicionado por trabalhador “equipado” com as referidas tecnologias, relativamente ao trabalhador “não equipado”. O mundo já viveu muitas situações semelhantes quando houve progresso tecnológico veloz: o trabalhador em um tear mecanizado é muito mais produtivo que um artesão, o navio a vapor anda mais rápido e transporta mais carga que os navios a vela, e por aí vamos.

É muito fácil aceitar, por distração talvez, que o progresso sempre gera um “mal” na mesma proporção em que produz o “bem”, pois todo avanço tecnológico que não for homogêneo, qualquer que seja sua natureza, eleva a desigualdade. É certo, portanto, que o mundo estará cada vez mais claramente dividido entre gente “digitalizada” e “não digitalizada”, sendo que a produtividade, e consequentemente as remunerações, dos membros do primeiro grupo crescerão mais rapidamente que as do segundo grupo.

Este é o fenômeno conhecido como “*Digital Divide*”, cuja tradução em português não é simples. Poderia ser “Segregação Digital” ou mesmo algo como “Concentração de Renda com Base Digital”, que até permitiria uma sigla: CRBD. As duas alternativas seriam mais fieis ao tom construtivo e ameno que se quer emprestar ao tema pela maior parte dos usuários do conceito como se pode observar, por exemplo, pelo “*Digital Divide Initiative*” do Fórum Econômico Mundial, o de Davos. Basta ver em www.weforum.org/digitaldivide como o tema da “Cidadania Digital” preocupa governos, empresas e o Terceiro Setor.

Uma tradução local para o conceito, de temperatura deliberadamente mais alta, seria “Exclusão Digital”, mas o leitor que procurar o tema, por exemplo, nas conferências do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o evento “Anti Davos” (www.forumsocialmundial.org.br), encontrará apenas uma tímida referência à Internet num painel sobre democratização dos meios de comunicação de massa. A julgar pela amostra, que nada tem de restritiva, a esquerda tupiniquim não parece muito preocupada com o assunto.

Independentemente disto, o problema não é se o fenômeno é real, mas se não estamos falando de um truismo, isto é, de uma verdade que, por trivial, é destituída de significado.

É certo que a desigualdade sempre foi uma decorrência inevitável do Progresso, como já observado. Mas o grande perigo de uma observação deste

tipo, especialmente quando repetida junto a ressentimentos contra a globalização e o neo-liberalismo, é o de criminalizar o Progresso ou, ao menos, alimentar sentimento de culpa em quem o promove. E o sentimento de culpa alimenta uma outra criatura complexa, uma indústria crescente, cada vez maior: o politicamente correto.

A fim de evitar a distorção acima mencionada convém enunciar um princípio básico, o da “não relação”, que consiste no seguinte: uma nação ou comunidade pode perfeitamente progredir relativamente a outras, sem que estas sejam sequer tocadas ou informadas sobre o que se passou com a primeira.

Para ilustrar o Princípio convém recorrer a um exemplo numérico e plausível: vamos imaginar um mundo formado de dez ilhas incomunicáveis, cada qual com um PIB de 100 unidades de uma mercadoria existente em todas as ilhas, e todos sem crescimento. Uma delas, todavia, descobre novas técnicas de produção, ou de processamento de informações existentes na Natureza, e passa a crescer pouco notados 1% anuais. Em dois séculos, todavia, esta ilha elevará sua participação na renda mundial de 10% para 45% e para pouco menos de 70% em três séculos. Nada muito diferente do que ocorreu com o Mundo Ocidental e a África a partir do século XVII.

A “concentração de renda” pode ocorrer de forma muito rápida: se o crescimento gerado pelas novas tecnologias for de 7% anuais, os 70% seriam alcançados em 45 anos, após os quais cada uma das outras ilhas produzirá pouco mais de 3% da riqueza mundial. Após outros 45 anos a ilha progressista responderá por 98% da renda mundial e cada uma das outras 0,2%. Seria fácil dizer que este mundo se tornou extremamente desigual e que está se tornando cada vez mais injusto, não? Mas que culpa tem a ilha que deu certo?

Todavia, neste exemplo, é tão verdadeiro quanto destituído de significação o fato de que o progresso *causou* a desigualdade. Com efeito, o exemplo demonstra que *qualquer* progresso sempre *gerará* desigualdade, mas disto *não* se segue que a riqueza existe apenas como pilhagem, como exploração ou como decorrência da desigualdade. Não há relação de causalidade entre Progresso e Pobreza. O exemplo do arquipélago acima foi construído com a intenção explícita de mostrar que as novas tecnologias de base digital não estão fazendo os pobres mais pobres, embora possa estar fazendo os países ricos mais ricos. Criar riqueza não implica, nem exige a criação ou ampliação da pobreza, ao contrário do que pregam teorias em torno da noção de “dependência”, “troca desigual”, “mais valia” e outras do gênero. Não é acidental que tenha sido da UNCTAD, a instituição criada por Raul Prebisch e pelo movimento terceiro-mundista que tenha saído um relatório apontando a Internet como um fator de ampliação da desigualdade no planeta.

Vale, por fim, uma palavra sobre a pouca atenção que tem sido dedicada ao tema no Brasil. A desigualdade aqui, como se sabe, é um assunto muito sério: foram décadas de crescimento baseado em inflação, ou seja, tributação do pobre, e em desincentivos à produtividade através da “fechadura econômica”. A “exclusão social” parece um tema tão importante que a “exclusão digital” parece uma importação de mercadoria supérflua, um desses modismos politicamente corretos do Primeiro Mundo mas meio fora de lugar num país onde a fome ainda é um problema. Talvez seja esta a razão pela qual a esquerda local, em suas festividades de Porto Alegre, ignorou o tema.

Muitos trabalhos foram feitos no passado por economistas preocupados com educação e crescimento econômico, e da sabedoria assim construída ficaram algumas conclusões muito sólidas: primeira, educação produz inovação tecnológica, produtividade e crescimento econômico. Segunda, é enorme a “taxa de retorno” bruta do investimento em educação, medido como a diferença entre salários médios para diferentes faixas de escolaridade. Seguramente, o mesmo vale, possivelmente com força ainda maior, para a “educação digital”, ou a “inclusão digital”, entendida como o treinamento de pessoas para o uso de tecnologias de base digital.

É com base neste raciocínio que o Governo está procurando instalar mais computadores na rede de escolas públicas, assim como tantas ONGs mundo afora procuram investir recursos na “educação digital”. Pode ser que a esquerda tenha certa razão em alegar que o problema da fome antecede o “analfabetismo digital”, mas talvez não tenha sido percebido que a “inclusão digital” pode ser um extraordinário atalho para o principal problema distributivo deste país: o aumento da produtividade do trabalho no setor terciário.